Parecer do Comité Económico e Social Europeu sobre «O contributo das zonas rurais da Europa para o Ano Europeu do Património Cultural 2018, com vista a garantir a sustentabilidade e a coesão das zonas urbanas e rurais»

(parecer de iniciativa)

(2018/C 440/04)

Relator: Tom JONES

Decisão da Plenária 15.2.2018

Base jurídica Artigo 29.°, n.° 2, do Regimento

Parecer de iniciativa

Competência Secção Especializada de Agricultura, Desenvolvimento

Rural e Ambiente

Adoção em secção 5.9.2018 Adoção em plenária 19.9.2018

Reunião plenária n.º 537
Resultado da votação 201/2/7

(votos a favor/votos contra/absten-

ções)

1. Conclusões e recomendações

Conclusões

- 1.1. O CESE apoia plenamente a designação de 2018 como Ano Europeu do Património Cultural e saúda os esforços envidados pelos promotores e organizadores a todos os níveis no sentido de aumentar a visibilidade e celebrar o património cultural rico e diversificado da Europa (¹).
- 1.2. O CESE exorta as partes interessadas e os participantes a adotarem a definição mais vasta possível de cultura e a assegurarem a inclusão de todos os cidadãos.
- 1.3. Este ano não deve ser apenas uma celebração do passado; deve também promover expressões novas, evolutivas e estimulantes da inspiração e habilidade humanas, muitas vezes fruto de tradições inscritas no património cultural rural de cada país.
- 1.4. Doze meses é um período curto, mas espera-se que este esforço e investimento suplementares incentivem os cidadãos a centrar atenções nas oportunidades ligadas ao património cultural nas zonas rurais. Tal deverá permitir aos cidadãos construir um legado de bem-estar estético, social e económico renovado para as gerações atuais e futuras. A meio do período, mais de 3 500 projetos receberam o rótulo do Ano Europeu do Património Cultural, variando a percentagem de projetos rurais de região para região.
- 1.5. O CESE subscreve o apelo da Aliança Europeia para a Cultura e as Artes, feito em janeiro de 2018, para que as instituições europeias e os Estados-Membros garantam um apoio substancial no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2020. Saúda igualmente o empenho na cultura proposto pela Comissão Europeia no seu projeto de orçamento de maio de 2018 e os compromissos assumidos através da Nova Agenda Europeia para a Cultura (²).

¹⁾ Parecer do CESE — Uma Nova Agenda para a Cultura (ainda não publicado no Jornal Oficial).

⁽²⁾ https://ec.europa.eu/culture/news/new-european-agenda-culture en

Recomendações

- 1.6. O património cultural rural, com toda a sua riqueza e diversidade, deve ser formalmente reconhecido pelo seu valor artístico intrínseco e pelo seu contributo económico e social para o bem-estar de todos os cidadãos europeus (³).
- 1.7. O investimento de origem pública deve ser sujeito ao mecanismo de verificação do impacto das políticas ao nível rural (rural proofing), de modo que, aquando da conceção de novas fontes de financiamento, estas englobem o apoio ao contributo contínuo das explorações agrícolas familiares e respetivos funcionários, bem como às organizações não governamentais que integram artistas individuais, grupos folclóricos, grupos de ação local e explorações de agricultura social, tendo plenamente em conta as medidas necessárias para melhorar as infraestruturas do património rural.
- 1.8. As atuais fontes de financiamento da UE, nomeadamente o programa de desenvolvimento rural, devem, cada vez mais, assumir que a cultura possui um valor horizontal e apoiar projetos culturais, incluindo os que protegem, promovem e valorizam paisagens ricas em biodiversidade. O restabelecimento do pastoreio e a recuperação de pequenas casas remotas nos Pirenéus, as vinhas em Santorini e a proteção de pastagens comuns em Şeica Mare (Roménia) são disso bons exemplos, assim como o projeto cultural Leader, em Lesbos (Grécia), que visa apoiar a integração dos migrantes. Os programas agroambientais devem continuar a construir *habitats* agrícolas, e as áreas construídas devem atingir normas de conceção mais elevadas, respeitando os padrões culturais tradicionais sem deixarem de ser adequadas às utilizações modernas.
- 1.9. As zonas arborizadas, as florestas e os cursos de água sustentáveis justificam medidas de apoio destinadas a evitar a degradação e a poluição. Há que prever recursos para conservar as faixas de proteção constituídas por árvores e arbustos colocadas no passado nas zonas rurais (por exemplo, na Polónia segundo as ideias de Dezydery Chłapowski), as quais reduzem a erosão dos solos e as emissões de CO₂ e contribuem para aumentar as colheitas e enriquecer a paisagem.
- 1.10. Os dias de portas abertas em exploração agrícolas, as visitas de escolas a espaços rurais, as exposições, as feiras, nomeadamente de artesanato, e os festivais culturais contribuem para que os cidadãos compreendam e apreciem melhor as zonas rurais e justificam apoio financeiro público, tal como as medidas que visam a construção de pontes entre os cidadãos do mundo rural e do mundo urbano através de projetos culturais.
- 1.11. Há que encorajar as medidas destinadas a apresentar a cultura e as tradições rurais às novas gerações através de expressões modernas inovadoras e avaliar os benefícios económicos e sociais, partilhando e enaltecendo as boas práticas. Os artistas e outros agentes culturais inspiradores, por vezes oriundos de outros locais, devem ser apoiados para ajudarem as comunidades a tomar consciência de todo o potencial dos recursos culturais locais.
- 1.12. A grave perda de técnicas artesanais deve ser combatida através de um maior investimento em formação, para que as transferências intergeracionais ocorram com base nos conhecimentos do passado e no incentivo à inovação. As escolas rurais devem explicar aos alunos o potencial de emprego dos recursos rurais, bem como as oportunidades profissionais externas. Coloca-se um desafio específico, não apenas aos jovens agricultores, mas a todos os jovens das zonas rurais, para que desempenhem um papel ativo na sua missão protetora de apropriação do seu património.
- 1.13. O património cultural rural deve ser promovido de forma sustentável, nomeadamente para fins turísticos e para que os cidadãos urbanos aprendam a apreciar os bens culturais das zonas rurais e optem mais facilmente por viver nestas zonas e trabalhar em aglomerados mais remotos.
- 1.14. A comercialização de produtos culturais rurais, incluindo o património gastronómico, deve ser promovida e protegida em termos de indicação geográfica, proporcionando uma garantia de qualidade e rastreabilidade aos cidadãos.
- 1.15. O voluntariado, a participação da comunidade e as empresas sociais, bem como as empresas rurais privadas, devem ser encorajados numa lógica de desenvolvimento e partilha das suas atividades culturais, designadamente a promoção da diversidade de línguas e dialetos, em prol de todos os cidadãos. As comunidades rurais «inteligentes» devem aproveitar o valor e o potencial dos seus recursos culturais locais e procurar oportunidades de colaborar com grupos semelhantes noutros locais a fim de promover ligações, bem como aumentar as vantagens económicas decorrentes de maiores oportunidades de atividade turística.

⁽³⁾ Conferência do CESE de 20 e 21 de junho de 2016.

- 1.16. É provável que os projetos destinados a assinalar o Ano Europeu do Património Cultural 2018 tenham continuidade no futuro, mas é importante realizar um claro levantamento e avaliação dos investimentos e resultados quantificáveis, tendo em conta fatores económicos, sociais e culturais. Foram atribuídos aproximadamente 8 milhões de euros ao Ano Europeu do Património Cultural 2018, no seguimento das negociações do trílogo entre o Parlamento Europeu e o Conselho em 2017. Seria razoável esperar que uma parte quantificável deste apoio fosse disponibilizada para zonas rurais.
- 1.17. É necessária mais investigação para quantificar e medir a qualidade dos benefícios do património e das atividades culturais em curso para o bem-estar dos cidadãos e apoiar soluções para medidas futuras. Os defensores estoicos do património necessitam de apoio para acolher os novos migrantes e tradições culturais diferentes.
- 1.18. São necessárias medidas urgentes em matéria de conectividade dos transportes e da infraestrutura digital, essenciais para o povoamento das zonas rurais e o desenvolvimento do turismo cultural.

2. Introdução

- 2.1. O presente parecer incide especificamente sobre a vasta gama de recursos e talentos que as zonas rurais e os seus cidadãos possuem e que contribuirão para o património cultural da Europa e sobre a forma como esta ampla definição da cultura contribui para uma ruralidade mais viável e próspera. O CESE apoia a Carta Pan-Europeia do Património Rural, que promove o desenvolvimento territorial sustentável (4), e a referência na Declaração de Cork 2.0, de 2016, ao facto de que «[o] ordenamento do território desempenha uma função determinante na interface entre os cidadãos e o ambiente. As políticas devem incentivar o fornecimento de bens públicos ambientais, incluindo a preservação do património natural e cultural da Europa.»
- 2.2. Esta iniciativa tem de ser sujeita ao mecanismo de verificação do impacto das políticas ao nível rural (rural proofing) e o CESE receia que os pequenos grupos de comunidades em aldeias e vilas não tomem conhecimento do Ano Europeu do Património Cultural 2018 a tempo de poderem preparar e celebrar a grande variedade de recursos culturais que os rodeia. Este ano não deve ser apenas uma celebração do passado; deve também promover expressões novas, evolutivas e estimulantes da inspiração e habilidade humanas, muitas vezes fruto de tradições inscritas no património cultural rural de cada país.
- 2.3. Enumerar as atividades culturais existentes e retirar ensinamentos de projetos bem-sucedidos são ações com valor real, mas as celebrações de 2018 devem incluir também eventos culturais novos e inovadores alicerçados no passado e transferir o património cultural para as novas gerações de uma forma moderna, proporcionando novas oportunidades às zonas rurais. O Programa Europa Criativa apoia dois projetos rurais, «Roots and Roads» [Raízes e caminhos] e «Food is Culture» [A alimentação é cultura], que, se forem bem-sucedidos, podem contribuir para a aprendizagem e o desenvolvimento.
- 2.4. Embora seja difícil quantificar os benefícios económicos e sociais da atividade cultural (mais de 300 000 postos de trabalho diretamente relacionados com a cultura europeia), a OCDE considera que a cultura deve ser utilizada como um indicador de bem-estar. É importante que os organizadores do Ano Europeu do Património Cultural 2018 lancem uma série de análises suscetíveis de justificar o investimento público futuro. Deve haver uma descrição inequívoca da forma como o Ano Europeu do Património Cultural 2018 conseguiu chegar às regiões rurais e remotas e de como qualquer legado de boas práticas, como as decorrentes dos projetos AlpFoodway (5) e Terract (6) por exemplo, poderá servir de base à definição das prioridades futuras aos níveis europeu e regional.

3. Observações na generalidade e na especialidade

3.1. As paisagens rurais, o mosaico de estruturas geológicas naturais e as marcas da intervenção humana na agricultura, na silvicultura, nos lagos, nos rios e nas povoações representam, porventura, o maior património cultural existente. Desde os parques nacionais e os sítios Natura 2000 aos espaços verdes da periferia urbana, existe uma beleza diversificada para apreciar, uma fonte de inspiração para gerações de artistas, músicos, literatos, bailarinos e para todos os outros que não entram em nenhuma dessas categorias. A Nova Agenda Europeia para a Cultura apresentada pela Comissão contém apenas

⁽⁴⁾ Resolução n.º 2 da Conferência Europeia dos Ministros Responsáveis pelo Ordenamento do Território dos Estados-Membros do Conselho da Europa (CEMAT) sobre a Carta Pan-Europeia do Património Rural: para um ordenamento sustentável do território — «The rural heritage as a factor of territorial cohesion» [O património rural como fator de coesão territorial], adotada na 15.ª sessão da CEMAT, realizada em Moscovo, Federação da Rússia, em 9 de julho de 2010.

⁽⁵⁾ http://www.alpine-space.eu/projects/alpfoodway/en/home

⁶⁾ http://www.terract.eu/fr/

breves referências às perspetivas do mundo rural. Afirma, ainda assim, que o restauro e a modernização do património cultural e natural contribuem para o potencial de crescimento e a sustentabilidade e que a gestão integrada dos recursos culturais e naturais encoraja as pessoas a descobrir e a assumir um compromisso com ambos. O povo Mayangna, da Nicarágua, utiliza a mesma palavra para natureza e cultura: chama-se a isto cidadania ecológica.

- 3.2. Ademais, as comunidades rurais acrescentam valor às paisagens. Foram os responsáveis pelas superfícies agrícolas e florestais, os seus trabalhadores, e os artesãos homens e mulheres quem esculpiu estas paisagens. Gerações de pessoas hábeis que aproveitaram a terra e a água para obter alimentos e abrigo e gerar rendimento. Por exemplo, na Polónia do século XIX, desenvolveu-se a ideia de cinturas verdes e de arbustos para proteção dos solos, que conferiu à paisagem atual o seu aspeto característico. Marcaram os limites dos terrenos com pedras e ramos, construíram celeiros e oficinas. Criaram, ao longo de várias gerações, raças de animais autóctones adaptadas ao terreno e ao clima e controlaram a vegetação. Desenvolveram uma gastronomia e tradições folclóricas específicas ao seu local. Herdámos também um valioso património de excelentes edifícios mansões, castelos, igrejas —, mas também de casas rústicas, pequenas fábricas e lojas rurais, como, por exemplo, as que foram cuidadosamente restauradas no museu folclórico de Saint Fagan, em Gales. A preservação deste tipo de arquitetura histórica é muitas vezes suportada pelo investimento privado, a que acresce algum apoio público e caritativo fundamental. Um projeto inovador no norte de Gales utiliza energia renovável produzida a partir do fundo marinho para aquecimento, reduzindo assim os custos de Plas Newydd, uma casa senhorial da National Trust (⁷). A celebração do passado e do presente deverá procurar equilibrar o idealismo com a realidade do empenho e do esforço humanos.
- 3.3. O CESE reconhece todos os esforços envidados, incluindo os da Aliança pelo Património Europeu, para, com sensibilidade, preservar este património. O restauro requer também o apoio das autoridades responsáveis pelo ordenamento do território, para garantir que a conversão dos edifícios seja efetuada com inteligência e sensibilidade. O projeto REVAB, cofinanciado pelo Programa Erasmus, disponibiliza formação para aumentar o potencial de reutilização de edifícios agrícolas obsoletos, impedindo assim a sua demolição.
- 3.4. A população rural criou uma cultura própria, reflexo do seu labor, lazer e dos desafios sociais enfrentados, em todas as formas de arte, no desporto e nas atividades coletivas gerais. As zonas rurais são frequentemente importantes baluartes da diversidade das línguas minoritárias e dialetos. Os topónimos das povoações, das quintas e dos campos têm um significado importante que merece ser compreendido e respeitado. Possuem e continuam a criar um legado valioso para a sociedade em geral.
- 3.5. Contudo, as suas atividades económicas também evoluem e, por vezes, desaparecem. Nem todas as paisagens estão intocadas. Algumas são testemunho da exploração industrial, de guerras e pilhagens, da devastação causada pela seca, por inundações e por incêndios ou até da sobre-exploração causada por uma concentração excessiva de atividades turísticas. Todas têm uma história para contar, lições a reter. Atenuar o impacto das alterações climáticas exigirá uma intervenção positiva para manter a diversidade e a possibilidade de escolha de experiências. A manutenção de ligações com o passado é considerada um «serviço público», e as paisagens deterioram-se se não houver uma biodiversidade sustentável, um ordenamento do território cuidadoso e um acesso controlado. A própria expressão cultural artística dilui-se à medida que as populações rurais diminuem para níveis abaixo dos sustentáveis.
- 3.6. Em 2017, o Eurostat observou que mais de um terço dos cidadãos europeus não participa em atividades culturais, razão pela qual o desenvolvimento do turismo cultural rural, associado a atividades recreativas e no domínio da saúde, é, e continuará a ser, uma importante ponte entre as populações da cidade e do campo. A cidade de Galway é um bom exemplo de parcerias culturais entre o espaço rural e urbano, e a iniciativa das Capitais Europeias da Cultura (por exemplo, Plovdiv, na Bulgária, e Matera, em Itália, em 2019) deve sempre mostrar as características culturais quer das zonas rurais quer das cidades. Em Gales, o organismo público responsável pelo património, o Cadw, tem uma iniciativa de portas abertas, incluída num projeto com a participação de 50 países, que visa ajudar os cidadãos a reconstituir o caminho da mudança para melhor compreenderem a sua existência «para planear o futuro, é necessário compreender o passado».
- 3.7. Na Grécia, há outro exemplo de partilha de conhecimentos, na Art Farm (8), desenvolvida por Sotiris Marinis, que construiu na aldeia Megali Mantineia, situada no município de Mani Ocidental, casas em árvores e um centro de formação, baseando-se no princípio de que «uma experiência neste espaço ensina o que é o nosso património rural e cultural».

(8) https://www.facebook.com/agroktima.artfarm/

⁽⁷⁾ https://www.bangor.ac.uk/studentlife/studentnews/gift-s-marine-renewable-visit-to-plas-newydd-18421

- 3.8. O turismo cultural rural já é uma fonte de recursos económicos e sociais e está em crescimento, sendo a base do investimento coletivo. A responsabilidade pela proteção e apoio do património cultural da Europa é uma competência nacional, regional e local, e a existência de um sentimento público de orgulho é determinante. As instituições europeias podem promover uma apropriação dos valores comuns europeus e incentivar e estimular boas práticas e experiências partilhadas (⁹). Os artigos regionais tradicionais, nomeadamente receitas culinárias, cervejas e vinhos ou trajes e música, apresentados na Semana Verde de Berlim (¹⁰) atraem anualmente milhares de visitantes estrangeiros e ajudam a associar o presente ao passado. O estabelecimento de uma ligação direta entre os produtores rurais de produtos alimentares e artesanais e os consumidores através dos mercados de agricultores e das vendas pela Internet é cada vez mais apreciado, como por exemplo, os grupos de produtos alimentares locais «REKO», na Finlândia.
- 3.9. Os locais de retiro ou que permitem escutar e observar as aves e explorar a floresta a sua diversidade, mas também espécies vegetais para fins medicinais contribuem, todos eles, para aumentar a curiosidade, as possibilidades de descoberta e o bem-estar dos cidadãos. Alargar o leque de oportunidades e as possibilidades de exploração deve ajudar a evitar a concentração excessiva de visitas a locais vulneráveis. Assim, gera-se valor acrescentado em termos económicos e de emprego com base nos recursos rurais essenciais, em zonas mais remotas, valor esse já reconhecido pelas aldeias e comunidades inteligentes. Nas zonas de montanha da Lombardia, o projeto AttivAree reforça o sentimento de pertença das pessoas fortalecendo o património natural através da arte. Este projeto trabalha também na renovação de pousadas e na promoção da oferta em aldeias remotas, como Lavenone (11). As agências de viagens devem ser encorajadas a trabalhar em parceria com empresários e empresas sociais geograficamente remotos na promoção do turismo cultural sustentável.
- 3.10. Divulgar e representar informações culturais utilizando tecnologias digitais reduzirá, de forma criativa, o fosso que estava a aumentar entre a cidade e o campo, entre as gerações jovens e as mais velhas. Projetos como o YourAlps (12), que restabelecem a ligação entre os jovens e o património da montanha, são bem-vindos. Há muitos exemplos recentes de formas inovadoras de representar as tradições culturais, nomeadamente projetos artísticos como os utilizados em Aasted, na Dinamarca, e na aldeia de Pfyn, na Suíça. Trata-se de projetos resultantes de iniciativas locais e de necessidades locais específicas, que recorrem a processos participativos, os quais, aliás, fazem parte da tradição cultural da Europa. Devem ser disponibilizados recursos públicos e privados a nível europeu, nacional e regional para acelerar o investimento em iniciativas semelhantes.
- 3.11. De igual modo, são cada vez mais utilizadas novas ferramentas digitais, por exemplo em zonas de conflito atual ou passado, para recriar locais históricos importantes destruídos pela desertificação ou pela guerra. A tecnologia é utilizada para uma leitura mais precisa de lápides e de manuscritos que perdem legibilidade (13). O CESE congratula-se com os planos da Comissão para uma «estratégia #Digital4Culture» e espera que a mesma tenha em conta todos os aspetos rurais pertinentes. O projeto MEMOLA, por exemplo, utiliza digitalizações tridimensionais de antigas zonas de rega para ensinar novos processos de irrigação.
- 3.12. É necessária mais investigação para compreender a importância da atividade cultural para as pessoas e os benefícios para a saúde daí decorrentes para todas as idades, mas sobretudo para as pessoas com doenças físicas ou mentais (14), ao mesmo tempo que atuais programas do Erasmus+, como o programa de mestrado TEMA, financiam atualmente boas oportunidades de investigação. A conferência de alto nível no quadro do Horizonte 2020 sobre «A Inovação e o Património Cultural» (15) apelou a mais esforços para um trabalho de investigação que vise a identificação de prioridades e boas práticas na promoção de atividades culturais.
- 3.13. As iniciativas apoiadas por fundações de beneficência ou filantrópicas têm contribuído significativamente para preservar sítios naturais e apoiar atividades, muitas vezes através de empresas sociais, que promovem o desenvolvimento de zonas rurais de uma forma sustentável. Na Finlândia, a Fundação para a Cultura apoia a investigação sobre medidas destinadas a impedir que os resíduos agrícolas afetem a qualidade da água no mar Báltico. Colabora com agricultores no pressuposto de que o aumento da biodiversidade é sinónimo de uma paisagem mais rica. São bem-vindas outras iniciativas

(10) https://www.gruenewoche.de/

¹¹) Projeto AttivAree na região da Lombardia.

(12) http://www.alpine-space.eu/projects/youralps/en/home

Projeto de Andrew Skerrett apresentado na audição do grupo de estudo em 24 de julho de 2018, em Cardiff.

(14) Innovate Trust — Resultados positivos do projeto relativo às jornadas da horticultura.

https://ec.europa.eu/info/events/innovation-and-cultural-heritage-2018-mar-20 en

⁽⁹⁾ Parecer do CESE — Uma Nova Agenda para a Cultura (ainda não publicado no Jornal Oficial).

de beneficência, como o Fundo para o Património Cultural das Escolas de Gales, que promove concursos culturais interescolas envolvendo jovens na definição e realização da atividade cultural que escolherem (¹⁶). Um exemplo que permite aos jovens explorar o seu património cultural é a escola de Piscu (¹⁷), na Roménia, que é, simultaneamente, uma escola especializada em património e uma entidade que organiza ateliês e conferências. O próprio CESE recebeu alunos de escolas de toda a Europa, em março de 2018, para discutir as suas prioridades culturais ao abrigo da iniciativa «A tua Europa, a tua voz!» (¹⁸). Os alunos afirmaram, por exemplo, que querem viver numa Europa que valoriza e protege todas as formas de cultura, que querem evitar o elitismo e generalizar a cultura, mas também que querem ter a oportunidade de criar a sua própria cultura. Em Giffoni, uma aldeia no sul de Itália, cerca de 300 alunos realizaram filmes e vídeos para promover a sua região.

- 3.14. O investimento de origem pública deve ser sujeito ao mecanismo de verificação do impacto das políticas ao nível rural (rural proofing), de modo que, aquando da conceção de novas fontes de financiamento, estas englobem o apoio ao contributo contínuo das explorações agrícolas familiares e respetivos funcionários, bem como às organizações não governamentais que integram artistas individuais, grupos folclóricos, grupos de ação local e explorações de agricultura social, tendo plenamente em conta as medidas necessárias para melhorar as infraestruturas do património rural.
- 3.15. Existe margem, e procura suficiente no turismo cultural, para maiores ligações temáticas e geográficas. São desejáveis projetos de gestão conjunta de marcas e de acessos integrados. As feiras agrícolas realizadas em aldeias e vilas e os eventos a nível nacional, como o «Royal Welsh», em Builth Wells (19), que atrai cerca de 240 000 visitantes, e o festival literário «Hay on Wye», que gera cerca de 21 milhões de libras para uma pequena zona rural, prestam um contributo significativo a nível económico e social. Os dias de portas abertas em quintas, as feiras, os festivais culturais, como o «Llangollen International Eisteddfod», os concertos, as procissões, como a de Veurne, na Bélgica, os comboios a vapor em caminhos de ferro de via reduzida, as «caminhadas nórdicas» e os grupos de danças tradicionais contribuem consideravelmente, todos eles, para manter e promover o património cultural rural. O contributo de voluntários, de várias gerações, para estes eventos representa por si só uma parte significativa do nosso legado cultural. O CESE enaltece o trabalho do Centro Europeu do Voluntariado e de organizações de voluntariado nacionais e regionais na promoção de um voluntariado cultural de qualidade e encoraja estas instituições a prosseguirem os seus valiosos esforços, nomeadamente disponibilizando formação em matéria de saúde e segurança, a fim de garantir experiências seguras e agradáveis tanto a voluntários como a turistas.
- 3.16. Existe, contudo, uma crescente escassez de artesãos qualificados para transferir conhecimentos e formar uma nova geração de modo a proteger e desenvolver este património diversificado. A iniciativa JEMA (²⁰), que teve origem em França, destaca regularmente o trabalho dos artesãos e a necessidade de formar as novas gerações. Colmatar esta necessidade constitui uma boa oportunidade para a união intergeracional através de objetivos culturais e para fins culturais. Nos programas existentes ao nível regional, nacional e da UE, é fundamental que haja mais reconhecimento das competências adquiridas, bem como mais formação prática centrada não só nas atuais competências nos domínios do artesanato e do ambiente, mas também na mentoria, desenvolvendo novas técnicas e o empreendedorismo na atividade cultural. É necessário apoiar artistas e outros intervenientes para que trabalhem com as escolas rurais e urbanas locais, inclusivamente no desenvolvimento de conceitos culturais ao longo de gerações e entre grupos étnicos.
- 3.17. O património cultural rural também está associado à democracia participativa. Existe uma forte tradição europeia de solidariedade comunitária e de combate ao isolamento e às desvantagens através de atividades coletivas, muitas das quais baseadas na cultura. Construir uma liderança local sustentável e concretizar as prioridades locais através do desenvolvimento local de base comunitária e do método LEADER contribui para um legado de grupos e movimentos civis organizados. As atividades culturais e sociais ajudam a unir pessoas em áreas geográficas com escassez de serviços públicos e privados. A tradicional intervenção do setor do voluntariado, por vezes como último recurso, é a base de apoio de cenários delicados e vulneráveis da sobrevivência humana. O apoio público a estas atividades é vital.

Bruxelas, 19 de setembro de 2018.

O Presidente do Comité Económico e Social Europeu Luca JAHIER

⁽¹⁶⁾ Escola Primária Darren Park, em Ferndale.

⁽¹⁷⁾ http://piscu.ro/piscu-school/#

⁽¹⁸⁾ https://www.eesc.europa.eu/pt/node/52237 (19) http://www.rwas.wales/royal-welsh-show/

⁽²⁰⁾ Journées Européennes des Métiers d'Art [Jornadas Europeias das Artes e Ofícios] https://www.journeesdesmetiersdart.fr/